

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MINHA VIDA, OBRA E MEMORIAL: EGO-HISTÓRIA E AUTOETNOGRAFIA EM NARRATIVAS DOCENTES ESCRITAS POR MULHERES (USP – UNICAMP, 2000 – 2020)

Mestranda Rafaela Duarte Vieira
Programa de Pós-Graduação da Unesp
Bolsista Capes

Os memoriais acadêmicos são textos produzidos por professores que desejam entrar na universidade ou quando já nesse espaço almejam conquistar novos títulos no espaço universitário, esses documentos recebem um segundo nome assim que sua função é definida, portanto, temos os memoriais de formação, livre-docência e titularidade, sendo que sua função primordial é que o autor/personagem busque narrar sua trajetória intelectual e acadêmica. No Brasil, obrigatoriamente temos a existência do memorial de entrada e do memorial de titularidade que são encaminhados como apêndices e passam por processo avaliativo no momento da banca.

O memorial de livre-docência não é solicitado por todas as universidades brasileiras, por questões estruturais das instituições de acordo com a forma que ocorre a passagem de títulos ou cargos, mas nas universidades paulistas ele é obrigatório. Esse texto por seu caráter intermediário na vida de quem narra, também é a primeira oportunidade institucional da escrita de si, já dentro do espaço universitário, e sua importância está principalmente no fato de que os primeiros laços institucionais, acadêmicos de orientação e com outras universidades já estão sendo formados.

Portanto, observamos o texto da livre-docência enquanto uma consolidação profissional e o memorial de titularidade o coroamento dessa vivência acadêmica.

O memorial acadêmico, exigido até nos estágios mais avançados do magistério superior, e como pré-requisito da evolução funcional, configura-se como momento privilegiado, embora não único, da delimitação de “experiências referências” capazes de dotar de sentido a trajetória, podendo, inclusive, oferecer configurações narrativas que ensejam questões sobre a própria ação educativa e a prática discursiva. (SILVA, 2013, p. 112 – 113)

O memorial de titularidade é mais expressivo no sentido daquilo que foi vivido dentro e fora do espaço universitário, os indivíduos buscam expressar suas colocações de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

forma mais crítica consigo e os pares. Portanto, apesar da existência de um edital para o concurso, os narradores são livres no sentido da narrativa que desejam traçar dentro da obrigatoriedade apenas de estabelecer um debate sobre sua construção intelectual. Dessa forma notamos como a escrita é formada dentro de um espaço orgânico entre os pares, sendo que as trocas, sugestões sobre o texto e determinadas reivindicações sobre aquilo que é aceitável ou não nesse modelo documental ocorrem, mas não são referenciadas, como se o texto ocorresse através de um processo único e não tivesse passado por correções, mesmo que esses citem inúmeras bibliografias que modificaram e estabeleceram marcos intelectuais.

Os textos possuem um caráter autobiográfico, todavia se diferem no sentido do conteúdo que é exposto e o recorte temporal que é estabelecido, pois costumeiramente autobiografias tendem a iniciar falando sobre a infância, relação com os familiares, anseios pessoais e profissionais, porém aqui o recorte é o “nascimento” na vida acadêmica que muitas vezes é marcado pela escolha da profissão ou entrada na universidade.

Assim, a condição de possibilidade para que uma existência possa ser narrada como história e, por conseguinte, biografada é a de que um conjunto de ações possa ser atribuído ao mesmo agente ou sujeito no espaço temporal entre o seu nascimento e a sua morte. (OLIVEIRA, 2017, p. 431)

O conjunto de ações citado por Oliveira destaca que os sujeitos devem narrar nessas histórias os fatos que ocorrem entre a vida e morte do indivíduo biografado, no caso dos memoriais acadêmicos um dos principais recortes que devem ser realizados pelo escritor é a necessidade de citar a trajetória intelectual/acadêmica, dessa forma, o texto possui filtros que autobiografias comuns não, pois aqui ele será avaliado por uma banca e não é escrito necessariamente por gosto.

Essa questão nos faz afinar o olhar sobre as questões de criação nessas narrativas, a ilusão biográfica (BOURDIEU, 1996), que se faz presente nesses textos e devido ao caráter institucional muitas vezes são desconsideradas, todavia, é importante refletir que esse tipo de escrita não parte necessariamente do anseio de reflexão do autor/narrador e sim através de um solicitação, portanto, não são todos os personagens que se sentem confortáveis com determinada tarefa, mesmo que esse processo de reflexão esteja presente em muitos momentos de nossa rotina, como por exemplo: quando se olha um

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

álbum de fotografia, se lê textos antigos ou realizamos uma breve apresentação de nosso currículo.

Os memoriais passaram por inúmeros processos de transformação ao longo dos anos no Brasil que acompanham a construção do espaço acadêmico no país no século XX, mas também como o gênero biográfico é observado e estudado pelas ciências sociais. Os primeiros textos apresentados nas universidades possuíam um caráter mais reservado e os professores preenchiam uma ficha com seus dados acadêmicos e conjunto de aulas. A partir da década de sessenta os textos tornam-se mais abertos, mas mesmo assim abordavam apenas aspectos da vida acadêmica, sendo que apenas na década de oitenta que esses textos se tornaram mais subjetivos e seus autores passam a abordar melhor sua individualidade.

Dessa forma, os memoriais são uma fonte rica para compreender o funcionamento da estrutura acadêmica e como as transformações sociais influenciam alunos, professores, funcionários e a organização institucional desse espaço. No qual ter em como foco da narrativa a vida intelectual e com a necessidade de aprovação pela banca gera outras formas de narrar-se, fato que é pontuado em alguns textos, quando os professores dizem nunca ter pensando sobre escrever uma autobiografia e que essa tarefa mesmo percorrendo anos no espaço universitário e tendo a escrita como prática de trabalho, não é confortável, principalmente, porque não conseguem observar a relevância dessa reflexão, mesmo que esses estivessem em áreas como história social ou possuam pesquisas conectadas a história da educação.

Os memoriais e o debate de gênero

No caso das questões de gênero, observamos a tentativa de manter algumas situações veladas dentro das narrativas, pois mesmo existindo inúmeros estudos que denunciam a misoginia nesse espaço e até poucos anos atrás os departamentos de graduação e pós-graduação no Brasil serem majoritariamente ocupados por homens, essas questões não são apontadas, o que mostra novamente os recortes.

O que nos faz refletir que não necessariamente o que está escrito na narrativa é o resultado da vida acadêmica ou uma reflexão sem ocultamentos, sendo que temos uma separação explícita entre o que pode ser narrado e guardado e aquilo que deve ficar apenas no espaço humano. Dessa forma, observando tais questões sobre o tema nos sobra a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pergunta: por que analisar os memoriais através do viés de gênero e onde ele está uma vez que os mais demasiados recortes e ocultamentos surgem nessa escrita.

E a resposta está justamente nas mudanças dentro do espaço universitário, social e da própria prática da escrita de si, pois, diversas modificações dessas documentações através dos anos, principalmente com a abertura temáticas dentro das universidades e uma também uma nova forma de observar o própria status de professor ou como esses desejam ser vistos pelos seus alunos.

Como afirma Michelle Perrot

Até o século XIX, faz-se pouca questão das mulheres no relato histórico, o qual, na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem. (PERROT, 2008, p.13)

O estudo sobre a história das mulheres ou debates sobre as questões de gênero são veículos geradores de debates e desenvolvimento teórico, mesmo que não exista uma única forma de observar, notar a história das mulheres e conseguir criar debater sobre isso, quebra o silêncio historiográfico que perdurou durante muitos anos.

Atualmente as teorias que mais estão em debate dentro do espaço acadêmico são com vertentes voltadas para interseccionalidade e decolonialidade, que são reflexões que buscam utilizar autores que fogem de matrizes europeias e estadunidenses e buscam atravessar outras barreiras e visualizar os indivíduos não apenas através da questão de gênero, pois outros marcadores influenciam socialmente na construção e possibilidades dos indivíduos.

No caso do corpo documental analisado é preciso tomar cuidado pois tais vertentes não se encaixam com plenitude, pois temos como foco das nossas análises mulheres que estão dentro de um espaço privilegiado, que é o universitário, no nosso país, além disso elas são em grande maioria brancas. Mas essas vertentes nos fazem refletir de forma mais densa as faltas de outros grupos dentro do espaço universitário brasileiro e como através de mudanças significativas no espaço educacional esse quadro vem se modificando com o tempo.

Os debates sobre a diferença sexual entre homens e mulheres e a necessidade de se ter um olhar mais atento sobre o indivíduo “mulher” surge após o final da década de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

60, onde marcar essa “diferença” entre homens e mulheres sofreu inúmeras críticas, principalmente, porque no anseio de valorizar mulheres, se colocava como discurso uma determinada “essência feminina”, regredindo na questão e voltando o debate para o discurso onde se existe o masculino vs o feminino, o lugar de homens e outro de mulheres.

Joan Scott foi uma das principais figuras a quebrar essa visão dualista entre os homens e mulheres, pois ela aponta que não necessariamente que ao estudar as questões de gênero a figura da mulher seria centralizada no debate, pois o foco não está necessariamente em apontar uma diferença sexual entre homens e mulheres, mas sim debater como que o gênero enquanto categoria modifica a vivência dos indivíduos, afetando as formas de convivências e trocas que são estabelecidas através das diferenças de gênero, portanto, se tem a necessidade de enxergar as categorias de gênero como um ponto de análise e que outros marcadores também podem influenciar nesse debate.

Na sua utilização mais recente, o termo "gênero" parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. (SCOTT, 1995, p.72)

Notamos como as mudanças no espaço teórico historiográfico refletem nos memoriais que passaram a serem mais dinâmicos e heterogêneos em suas narrativas, ora pelas análises das temáticas que passaram a ser estudadas, ora pelas mudanças que outras temáticas mesmo que não sendo estudadas por essas professoras, mas que afetam o espaço social, o que nos mostra não só as modificações dentro da universidade pública brasileira, mas também as variações estruturais da sociedade

Modificações na forma de observar a prática da escrita de si, também ampliam os horizontes e formas que os memoriais passam a serem vistos e o fato deles serem mais estudados nos departamentos de educação e lá o debate sobre as questões de gênero já ser consolidado, também nos mostra como o pertencimento e formas teóricas de se observar os objetos de pesquisa mostram um determinado conservadorismo de algumas áreas.

Atualmente as narrativas são mais heterogêneas não apenas na forma estética da escrita, onde os indivíduos são mais hermenêuticos, mas também nas trajetórias vividas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que são apresentadas nas bancas, pois novas configurações de pessoas passaram a ocupar os bancos universitários, enquanto professores e alunos consequentemente.

Dessa forma, antes de existir modificações no espaço teórico de escrita e de como essa narrativa passa a ser mais hermenêutica, o convívio entre os pares, alunos, instituição e sociedade mudou, portanto, nos mostrando como o memorial ou a narrativa posta nesse documento é o reflexo das mudanças.

Ao realizarmos a separação entre memoriais escritos por mulheres e escritos por homens, não reduzimos a questão apenas ao fato binário, da escrita “feminina” x “masculina”, pois não observamos fatos que são essencialmente feitos por mulheres ou homens, mas sim colocamos em questão como que a estrutura afetou a vivência desses indivíduos, principalmente devido à natureza de nossa fonte, que se encontra em um espaço “privilegiado” da sociedade. Outros marcadores de diferenças pouco se colocam em evidencia, apesar de existirem, dessa forma, nossa prática de investigação, seria pensar a ausências desses marcadores nesse espaço, como, por exemplo a questão de raça.

Notamos através das leituras como marcadores de classe são pontos muitos narrados quando lemos os textos escritos por homens, pois quando pensando no ambiente de entrada na universidade da década de 60,70 e 80, período que esses narradores entravam nas universidades, a diferença entre estruturalmente entre homens e mulher era principalmente acentuada pela questão de classe, onde mulheres em classes menores, tinham ainda menos acesso que homens na mesma posição. Portanto, é preciso analisar como o cenário se configurava de forma diferente de acordo com o espaço que essas pessoas ocupavam, onde observamos que mulheres pobres e negras nesse momento dificilmente teriam acesso à universidade, enquanto homens, mesmo que pobres conseguiram devido aos estímulos sociais.

Um ponto que deve ser colocado em questão é que inclusive a entrada de mulheres nas universidades foi cercada por questões de gênero, onde a própria escolha do curso implica novos recortes, pois estudando os memoriais dos departamentos de antropologia e história no atual momento não identificamos grandes discrepâncias quantitativas, todavia quando comparamos esse quadro com as ciências biológicas e exatas os números o cenário é diferente, principalmente em décadas passadas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Portanto, quando analisamos o quadro de narradoras nos memoriais observamos brancas e classe média/alta que conseguiam entrar na universidade, sendo uma minoria de classe baixa. Dessa forma, os memoriais estudados entre os anos 2000 - 2020 nos mostram o reflexo da universidade no Brasil e quais eram as pessoas que conseguiam entrar nesse espaço e permanecer nele com o passar dos anos.

Linda Nochlin, pergunta porque na história não se teve grande mulheres artistas, o que nos refletir e perguntar onde estavam essas mulheres, e a autora nos responde que essa pergunta precisa ser mais afinada para ser respondida de forma certa, pois ao estabelecer um quadro comparativo onde ela pergunta por qual motivo os artistas se concentravam nas burguesias europeias e não nobreza. Ela compreende que a resposta está justamente nas demandas de serviço e ocupação intelectual que os sujeitos precisam ter, de acordo com os espaços que ocupavam, dessa forma, a questão gênero pode ser um recorte definidor, mas não é necessariamente o único.

Assim como afirma Butler o que colocamos não é a existência de uma escrita feminina, por ser escrita por mulheres ou uma escrita masculina por ser escrita por homens, porque esse fator não é determinante e nos levaria a pensar em quais seriam ou o que seria essa escrita feminina ou as temáticas que ela abordaria ou o que seria uma escrita de “mulher”, além das questões da própria formação do que é ser mulher:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que é esse alguém, o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidade raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente construída. (BUTLER, 2003, p. 20)

Essas questões nos fazem pensar sobre como alguns gêneros dentro do espaço da escrita de si durante muitos anos foram vistos como coisas de mulher, como as cartas e diários, por serem formas de escrita de si do espaço confessional. Dessa forma, os memoriais acadêmicos não se enquadram nesse circuito, pois apesar do espaço ser livre para o indivíduo, o diálogo com o leitor não é buscando uma resposta sobre as problemáticas ou estabelecer um vínculo confessional, mas sim a tentativa de mostrar o quanto aquela trajetória é plausível, digna e aceitável para se conquistar o título almejado.

Além disso, os memoriais são escritos e serão lidos por um grupo que está dentro do mesmo espaço de convivência intelectual, onde mesmo a temática da pesquisa sendo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

diferente, os indivíduos ao lerem essas narrativas, conseguem observar situações parecidas e no caso das bancas, as semelhanças se tornam ainda mais decisivas, pois além da aproximação entre as profissões se tem a questão temática e o quadro ocupado dentro da própria universidade.

Dessa forma, nosso perfil de análise encontra com predominância três tipos de indivíduos no início de suas carreiras: homens brancos de classes médias, homens brancos de classes baixa e mulheres brancas de classe média. É importante salientar, que esse quadro foi estabelecido através da narrativas pois os autores/narradores ao narrarem suas trajetórias nos memoriais, não precisamente se colocam nesses lugares, mas através da narrativa exposta é possível elencar alguns dados, pois enquanto alguns falam detalhes da casa, quantidade de pessoas e como foi o percurso até a entrada na universidade e sua permanência, sempre elencando o esforço necessário para tal ação, também temos o contraponto daqueles que afirmam os cursos que participaram, as viagens que fizeram e os vínculos intelectuais que já estavam estabelecidos em alguns momentos antes da entrada na universidade como aluno ou aluna.

Segundo Boni

Em nossa sociedade, a questão de classe apresenta desdobramentos que interferem diretamente no acesso aos direitos básicos de cidadania, como saúde, educação, habitação, trabalho e renda, cultura e lazer. Neste sentido, a partir dos temas associados às pesquisas que nos servem de parâmetro, a problemática classista é elemento que demanda atenção. (BONI, 2019, p.105)

Como afirma Linda Nocklin

Dessa maneira, a questão da igualdade das mulheres, na arte ou em qualquer outro campo, não recai sobre a relativa benevolência ou a má intenção de certos homens, ou sobre a autoconfiança ou “natureza desprezível” de certas mulheres, mas sim na natureza de nossas estruturas institucionais e na visão de realidade que estas impõem sobre os seres humanos que as integram. (NOCKLIN, 2016, p. 12)

Dessa forma, Nocklin, afirma, as condições para criação e narrativa de si não estão apenas atreladas ao gênero, o que se confirma na leitura dos memoriais, mas também questões de classe, raça, religiosidade, nacionalidade e corporeidade, todavia o gênero mesmo não sendo o único fator determinante para condicionar uma narrativa as diferenças de gênero implicam em alguns posicionamentos e abordagens.

O ponto que observamos é como o fato de ser mulher e entrar na universidade após a década de sessenta no Brasil, fez com que essas trajetórias tivessem elementos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

diferentes da narrativa de homens, principalmente, no que se diz respeito as cargas de trabalho no espaço da casa, onde a carga mental é referida não com essa nomenclatura, mas sempre como uma explicação para saída ou mudança de rumos na trajetória intelectual, principalmente, no que se refere as mulheres que são mães.

Quando realizamos as primeiras leituras voltadas para as questões de gênero dentro dos memoriais percebemos que dificilmente o exercício ter uma postura feminista dentro da universidade seria abordado, e que os debates envolvendo essa temática não seriam aprofundadas para o âmbito teórico ou para as suas experiências diretas dentro da academia, com isso realizamos o trabalho de comparação entre os memoriais escritos por homens e mulheres, e percebemos que muitas vezes o que define o que é um traço na escrita nos memoriais escrito pelas professoras é a falta nos memoriais masculinos e vice-versa.

A temática mais abordada nos memoriais escritos por professoras e que menos é tocada nos memoriais escritos por professores é a maternidade ou paternidade, sendo que ela é trançada dentro da narrativa de inúmeras maneiras, pois é utilizada como justificativa para entrada ou saída do emprego, como fonte de inspiração, como item decisivo para escolhas na carreira e/ou suporte emocional.

A maternidade é uma realidade multiforme, da qual é necessário destacar alguns traços históricos mais importantes. Para as mulheres, é uma fonte de identidade, o fundamento da diferença reconhecida, mesmo quando não é vivida. Uma mulher gera uma mulher, diz Luce Irigaray; o que ela produz ora é o outro, ora é o mesmo. (PERROT, 2007, p.68)

Sendo descrita de forma breve, observamos também como a questão do trabalho no âmbito privado é explorada e delineada nas entrelinhas do texto, apresentando uma dupla carga de trabalho, todavia, sempre buscando evidenciar que esse foi feito por cuidado/amor com o outro/outros, sendo que essa perspectiva do trabalho no âmbito privado mesmo sem considerar as tarefas do lar, não é abordada em nenhum sentido nos memoriais escritos pelos homens.

Perrot, aponta que dentro das buscas entre um trabalho e salário igualitário, o doméstico é o único que resiste, sendo assim, quando, observamos os poucos relatos sobre essa temática nos memoriais femininos, devemos avaliar duas questões: os impasses que a condição de gênero nos traz, mas também a condição de classe que essas mulheres estão

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

inseridas, uma vez que a maioria descreve sua trajetória, vivendo em ambientes onde esse trabalho era/é realizado por outros.

Pois o processo de tornar-se professora universitária e conquistar o título pretendido é colocado, enquanto algo coletivo. Essa questão pode ser abordada, principalmente, quando recortamos o espaço acadêmico no âmbito vivencial, pois as mulheres sugerem mais agradecimentos, orientandos e funcionários da instituição que participaram desse percurso intelectual, enquanto os homens não.

Ao observar a construção dessas trajetórias e realizar algumas comparações com os

De todo modo, não pude continuar em Paris. Grávida de meu primeiro filho, complicações fizeram-me voltar ao Brasil para contar com o apoio de minha família. Apoio tornado imprescindível quando do nascimento do segundo, logo em seguida. Candidatei-me então ao Mestrado em Filosofia na USP. (ALBIERI, 2009, p.10)

Os relatos construídos através de uma linguagem coletiva estão mais inseridos dentro das questões familiares, os parentes mais próximos surgem como agentes ativos em suas trajetórias, auxiliando em todos os quase todos os momentos, portanto, o memorial torna-se um espaço não só de retomada na trajetória, mas de agradecimentos para essas pessoas, que estiveram presentes na construção da vida privada e coletiva.

Quando comparamos esses relatos escritos por homens percebemos que esses agradecimentos surgem em sua maioria apenas no espaço público, sendo que orientadores, professores e universidades são homenageadas, o espaço privado fica quase que esquecido no âmbito de homenagens e agradecimentos na documentação.

Referências Bibliográficas

ALBIERI, Sara. Memorial (Concurso de Professor Titular em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013)

AKOTIRENE, Carla. Vamos pensar direito: interseccionalidade e as mulheres negras. In: AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro), p.34-p.43, 2019.

BONI, Marcela. “Mulheres e História Oral: experiências de (inter)subjetividade”. In: GATTAZ, A.; BOM MEIHY. J. C.; SEAWRIGHT. L; (Org.). História Oral. A democracia das vozes. São Paulo: Pontocom, 2019.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (Organizadoras). *Usos e abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, 183-91.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CHARAUDEAU. Linguagem e discurso: modos de organização. Coordenação da tradução de Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2019, p. 53-83. PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

PERROT, Michelle. “Escrever uma história das mulheres: relato de experiência”. In: *Cadernos Pagu* (4), 2008, p. 9 a 28.

NOCHLIN, Linda. Por que não houve grandes mulheres artistas? SP: Edições Aurora, 2016 (1ª ed 1971). (p. 1 a 24)

OLIVEIRA, Maria da Glória. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vidas. In: *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, 429-46, maio/ago. 2017.

SILVA, Wilton C. L.. A vida, a obra, o que falta, o que sobra: memorial acadêmico, direitos e obrigações da escrita. *Tempo e Argumento*, v. 7, p. 103-136, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. *Género y política*. México: FCE, 2008.